

MEU PAI E VOSSO PAI: perspectiva bíblica

Neste contexto próximo de festejo e de alegria jubilar é-nos dado meditar sobre este *verba lesu* joanino de Jo 20,17¹ como ocasião de preparação para a passagem do milénio e para melhor celebrarmos o grande jubileu. À primeira vista, em tempos de exaltação do indivíduo e da comum igualdade entre todos os homens², poderá causar efectivamente retracção uma expressão como esta que de per si conota uma distinção, que marca uma distância³. Para além disso, e como se não bastasse, utiliza um conceito cuja realidade é hoje fortemente contestada – a da paternidade. A crítica freudiana parricida que a modernidade nos legou contribuiu decisivamente para a recusa da figura e da função paterna⁴, ao ponto de alguns afirmarem que vivemos hoje numa dita sociedade sem pais⁵. Ora, é neste contexto cultural, de crepúsculo civilizacional, de epílogo epocal consequência da tragicidade fáustica da modernidade, em tempos de anelo esperançoso e de desencantamento⁶, e que se reflecte na própria crise da família como instituição, que surge esta afirmação jesuana. Torna-se então importante recuperar a mediação cristológica como horizonte de compreensão da nossa condição filial enquanto tal, na perspectiva que o próprio N.T. nos apresenta de libertação e de possibilidade dignificante e redentora do homem. Como bem refere P.Toinet, numa época como a nossa de profusão de demiurgos psico-técnico-eróticos, que perverte os valores conjugais e o sentido da paternidade e da

¹ Cf R.BEAUVERY, “*Mon Père et votre Père*”, in *LumVie* 104 (1971) 75-87.

² Cf. L.GONZALEZ-CARVAJAL, *Ideas y creencias del hombre actual*, Santander, Sal Terrae 1991, 87-110.

³ Cf. W.A.V.HOOFT, *La paternité de Dieu dans un monde émancipé*, Genève, Labor et Fides 1984, 19.

⁴ Cf. D.SÖLLE, *Padre, poder y barbarie. Interrogantes feministas a una religion autoritária*, in *Concilium* 163 (1981) 404-411; H.MARCUSE, *Eros et Civilisation. Contribution à Freud*, Paris, Minuit 1968, 70.

⁵ Cf. Y.SPIEGEL, *Dios Padre en una sociedade sin padres*, in *Concilium* 163 (1981) 311-324.

⁶ Cf G.RUGGIERI, *Speranze e disincantamento nella cultura contemporanea*, in *Didaskalia* 28 (1998) 3-22; J.JACINTO F.FARIAS, *Do esquecimento do Espírito à crise do Humanismo*, in *Didaskalia* 28 (1998) 23-32.

maternidade⁷, importa então “ir muito mais além do *désir*”⁸, para recuperar o conceito de *filialidade*⁹. A própria imagem paterna de Deus, ainda que culturalmente localizável, será provavelmente a que melhor traduzirá pela linguagem humana sempre finita e analógica a Sua realidade, o Seu mistério trinitário, e a possibilidade da nossa oração e da nossa relação com o Deus que há dois mil anos deixou que o Seu Unigénito encarnasse porque amou tanto o mundo (Jo 3,16). Há, por conseguinte, que se encetar uma depuração conceptual e cultural. A auscultação bíblica como pesquisa concordancial do mistério de Deus na Sua paternidade permite-nos rever a riqueza da analogia, pois nela o próprio Deus diz-Se como Pai maternalmente amante, nem machista nem feminista¹⁰, mas como Aquele que dá e possibilita a vida, ou seja, que redime e diviniza o homem. Encontramo-nos mais uma vez, como percebeu P.Ricoeur, no âmago da questão do sentido, num tempo de descentramento referencial do indivíduo, onde urge aprofundar o conhecimento da origem (arqueologia) e do fim (teleologia) da sua história¹¹. O local de encontro e de recentramento acontecerá na invocação abática cristológica de Deus como Pai como forma e ocasião de humanidade¹².

1. A invocação de Deus como Pai no A.T¹³.

⁷ P.TOINET, *Au commencement la famille*, Paris, FAC 1985, 14-15.

⁸ *Ibid.* 30.

⁹ *Ibid.* 47.

¹⁰ Cf J.MOLTMANN, *El padre maternal*, in *Concilium* 163 (1981) 383-384.388. Assistimos igualmente à recusa de uma linguagem filosófico-teológica sobre Deus que privilegie exclusivamente a sua designação como “Pai”. Esta linguagem e esta teorização são acusadas de tentar legitimar ou impôr uma concepção masculina e patriarcalista de Deus, e de legitimar ideologicamente a submissão da mulher quer na sociedade quer na Igreja; cf. S.DEL CURA ELENA, *Un Dios Padre? Motivos de crítica a una designación e invocación tradicional de Dios*, in *Dios es Padre*, Salamanca, Estudios Trinitarios 1991, 282-283; C.HALKES, *La teologia feminista y Dios Padre*, in *Concilium* 163 (1981) 451-462.

¹¹ Cf. P.RICOEUR, *Poética y Simbólica*, in *Iniciación a la práctica de la Teología I*, Madrid, Cristiandad 1984, 43-69.

¹² Cf. CH.DUQUOC, *Christologie. Essai dogmatique II*, Paris, Cerf 1972, 331.

¹³ Indicamos apenas alguma da bibliografia infindável sobre o assunto: cf. H.HAAG, “*Hijo de Dios*” en *el mundo del Antiguo Testamento*, in *Concilium* 173 (1982) 341-348; M.-J.

O tema da filiação divina e a concepção da paternidade divina não são estranhos ao A.T, ainda que a nomeação de Deus como Pai nos tempos de Israel se possa ter como residual ao ponto de não se poder considerar o nome *pai* como o título de Deus no A.T.

A expressão “filho de Deus” e a nomeação de Deus como Pai ao tempo de Jesus não eram novas na sua materialidade. Todos os reis do oriente antigo recebiam este epíteto como título inerente à sua adopção por parte do seu deus. Para os reis de Israel, a fortiori para o messias, esta expressão tomava um sentido novo pelo facto de os reis e/ou o messias representarem junto de Deus o povo que Deus tinha constituído como filho de uma forma visível, real ao tirá-lo do situação de decadência desesperante egípcia. Israel tornou-se então para Javé o primogénito, o filho querido (“Efraim é o meu filho querido, o meu menino muito amado”: Jer 31,20) que já desde o Êxodo Javé amou, formou (“acaso fui eu que concebi este povo? Fui eu que o dei à luz?”: Num 11,12; “pecaram contra Ele os filhos degenerados....esqueceste o Rochedo que te criou, o Deus que te formou”: Dt 32,5.18) e modelou (“mas Tu Senhor é que és nosso Pai, nós somos a argila e o Tu és o oleiro”: Is 64,7) com um amor eterno (Jer 31,3). Os israelitas passaram a ser o povo consagrado ao Senhor (“vós sois filhos do Senhor vosso Deus”: Dt 14,1-2; “atraçoaria a geração dos teus filhos”: Sl 73,15) que Javé continua a preferir amorosamente mesmo depois de o povo Lhe ter desobedecido e de O ter esquecido¹⁴. Contudo, Deus não era apenas *pai* para Israel. Javé era igualmente pai do monarca de Israel e do rei messiânico. A profecia de Natan a David atesta-nos a paternidade divina sobre o rei de Israel (“.....eu serei para ele um pai e ele será para mim um filho”:

LAGRANGE, *La paternité de Dieu dans l'Ancien Testament*, in *RB* 5 (1908) 481-499; L.MORALD, *La paternità di Dio nell'Antico Testamento*, in *RBI* 7 (1959) 44-56; R.SCHULTE, *La paternidad de Dios en el A.T.*, in J.FEINER – M.LÖHRER (ed.), *Mysterium Salutis II/I*, Madrid, Cristiandad 1969, 90-92; C.CORRIEUX, *La paternité de Dieu dans l'Ancien Testament*, in *LumVie* 20 (1971) 59-74; A.DELAYE, *La paternité de Dieu dans l'A.T.*, in *Carmel* 9 (1972) 7-35; F.GARCIA LOPEZ, *Dios Padre en el Antiguo Testamento a la luz de las interpretaciones recientes*, in *Dios es Padre*, 43-58; H.RINGGREN, *Ab*, in *TWAT* I, 1-19; G.QUELL, *Der Vaterbegriff im AT*, in *TWNTV*, 959-974.

¹⁴ Cf. Is 1,2-19; 30,1-9; Os 2,4-25, Dt 32,18; Miq 6,1-8; Jer 3,21; Ez 16.

2 Sam 7,12-16), a qual, à semelhança dos povos vizinhos exprimia uma proximidade do rei com a divindade do povo (“Tu és meu pai, és o meu Deus rochedo da minha salvação”: Sl 89,27). O cronista actualizou esta profecia aplicando-a reiteradamente ao rei messiânico¹⁵. Para a comunidade pós exílica o rei messiânico será, à semelhança do monarca de Israel, o ungido de Javé¹⁶ dotado com a plenitude dos dons do Espírito (Is 11,1-2) , filho de Deus de um modo particularmente íntimo (2 Sam 7,14; “conselheiro admirável, Deus forte, pai eterno, príncipe da paz”: Is 9,5), tendo a Javé como Pai (Sl 89,27a) e salvador (1 Sam 2,10b; Sl 89,22.27b).

Todavia, Javé, o Deus de Israel não tinha nenhuma deusa co-criadora junto de Si. Apesar disto, a figura de Deus como Pai está carregada de traços que não são exclusivamente masculinos. O A.T. serve-se igualmente de imagens maternas e de símbolos femininos para evocar a misericórdia de Deus e significar que Ele age paternal e maternalmente em favor de Israel Seu primogénito (“o meu filho primogénito é Israel”: Ex 4,22), se bem que o substantivo *’im* (mãe) nunca qualifique directamente Deus em todo o A.T. Numa cultura patriarcal em que a figura do pai, do chefe do clã ou da tribo era primacial, compreende-se esta renitência, recusa mesmo, de Israel em qualificar Deus directamente como mãe. Desta forma Israel apenas tentou sempre dizer, ao contrário de muitas interpretações feministas indevidas e enviesadas, Deus como origem, fonte de uma *παράδοσις*, tal como as mães o são, mas não como opressor ou o verdugo nitzscheiano. Na verdade, e paradoxalmente significativa, a fórmula definitiva divina vetero-testamentária é em si mesma na própria filologia uma adjectivação feminina (Ex 34,6)¹⁷.

¹⁵ Cf. 1 Cron 17,13; 22,10; 28,6. Ver SANTOS SABUGAL, *Abba. La oración del Señor* [= BAC 467], Madrid, Cristiandad 1985, 373.

¹⁶ Cf. 1 Sam 2,10b; Sl 2,6; 89,21.

¹⁷ “Deus clemente e compassivo” (*rahûm wehanun*). Com efeito, a misericórdia de Deus (*hen*, graça) é um substantivo feminino, e a compaixão de Deus é o participio passivo da raiz \sqrt{rhm} (*rahûm*), da qual se obtem o verbo *compadecer-se* (*raham*) e o substantivo *útero* (*réhem*). O amor magnânimo e compassivo de Deus é comparado às vísceras de uma mulher, ao seu útero, aquele espaço e aquele tempo em que o nascituro é alimentado, se sente confortável e vê o líquido amniótico estabilizar a temperatura. Ora, esta imagem feminina exprime eloquentemente o carinho cuidadoso e benevolente de Deus, de tal forma que Deus enquanto Pai é também tido como mãe na medida em que cuida dos seus filhos, do seu povo. Esta é,

Para as tribos primitivas e para as religiões circunvizinhas de Israel a divindade era também ela vista como um pai¹⁸. No mundo helénico a divindade mais conhecida e superior era Zeus, o πατήρ, o arquétipo do pai da família tradicional. No seu perfil de *pater familias*¹⁹ reflectem-se as diferentes concepções das etnias. Este deus paternalista era igualmente o pai das cidades, a divindade da πόλις, do qual os reis recebiam a sua autoridade e o mandato de representar esse deus, deus esse tido como criador do cosmos, pai criador e regulador das fontes da fertilidade, e fecundador²⁰. Na realidade, para os povos do Médio Oriente os deuses eram adorados pela sua colocação paterna face à humanidade, ou pelo seu lugar primeiro no seio do olimpo divino²¹. Logo, quanto muito seria um deus cósmico.

Ora, esta não era evidentemente uma concepção personalista de Deus como Pai²². Somente na Escritura, na história da revelação, ainda que de uma forma progressiva, é que Deus deixa de ser o Deus fecundador e o deus espiritualizado e remetido ao olimpo dos filósofos gregos ou das outras culturas e mundividências para se nomear como o Deus Pai “de Abraão, de Isaac, de Jacob” (Ex 3,6), e, depois, de Jesus Cristo²³. O monoteísmo bíblico depurou eventuais conotações politeístas da paternidade de Deus e afirma-o como o único Deus, o único Pai (“escuta Israel, só o Senhor é Deus Ele é o único Deus”: Dt 6,4). Na antiguidade, os deuses, apesar da sua qualidade paterna,

aliás, a ideia subjacente ao famoso texto do trito-Isaías em que o povo se dirige a Deus como Pai, mas invoca o último argumento que lhe resta – argumento do sangue (cf Is 64,7); cf P.H.DE BOER, *Fatherhood and motherhood in israelite piety*, Leiden 1974; M.GRUBER, *The motherhood of God in Second Isaiah*, in *RB* 90 (1983) 351-359; S.KREUZER, *Gott als mutter in Hosea 11*, in *ThQ* 169 (1989) 123-132. Ver ainda Num 11,11-15; Dt 32; Sl 27,10; 90; Job 38; Is 42,13-14; 44,2.24; 45,10; 46,3; 49,15: “acaso pode uma mulher esquecer-se do seu bebé? Não Ter carinho pelo fruto das suas entranhas? Ainda que ela se esquecesse dele, Eu nunca te esqueceria”.

¹⁸ Cf. M.ELIADE, *Tratado de Historia de las Religiones* I, Madrid, Cristiandad 1974, 68.

¹⁹ *Ibid.* 107.

²⁰ *Ibid.* 108.

²¹ Cf. P.RICOEUR, *Le conflit des interpretations. Essai d'Herméneutique*, Paris, Seuil 1969, 472.

²² Cf. J.MARTIN VELASCO, *Dios como Padre en la Historia de las religiones*, in *Dios es Padre*, 17-42.

estavam ainda muito longe dos problemas concretos dos homens, alheios do seu cotidiano, do seu sofrimento, e do destino de morte que sobre estes impende. Porquanto, a história da revelação operou uma remodelação crítica na concepção da paternidade de Deus. O específico da fé vetero-testamentária sobre esta matéria é, como refere W.Kasper, a “liberdade e a soberania de Deus, a sua transcendência, que é liberdade no amor e que por isso se revela *historicamente* como condescendência de Deus na imanência, como ser-connosco”²⁴.

A literatura sapiencial, por seu turno, *individualizou* ainda mais fortemente toda esta dimensão social da paternidade divina, designando a Deus como Pai do israelita justo, do indivíduo honesto (Sab 2,16), o qual, ao reconhecer-se “filho do Senhor” (Sab 2,13) na autoconsciência de filho de Deus²⁵, invoca-O não só como Pai providente (“mas é a tua providência, ó Pai, quem segura o leme”: Sab 14,3), mas também como “Pai e Deus da minha vida” (Eclo 23,1.4), porque Ele o ama e corrige como um pai ou um *mestre* corrige amorosa e pedagogicamente o seu filho, o seu discípulo (“como um pai se compadece dos seus filhos assim Deus se compadece dos que O temem”: Sl 103,13; “o Senhor castiga aquele a quem ama como a um filho querido”: Prov 3,12). Esta relação educacional em ambiente sapiencial é o âmbito onde se situam algumas das afirmações mais precisas de Deus como Pai no judaísmo tardio, e que serão transportadas para o próprio N.T. Com efeito, a literatura sapiencial acabou por operar uma “testamentalização pedagógica de toda a Bíblia, fazendo dela o legado de um mestre – pai”²⁶. Deus como Pai para o homem sábio é invocado eminentemente como um mestre, como pai da sabedoria (Eclo 24,3), como o educador pedagogo face ao qual o sujeito, o indivíduo crente sábio se coloca numa relação discipular. E esta relação mestre-discípulo é enquanto tal uma relação maturante e adulta, adversa a infantilismos ou subserviências e opressões. Esta relação entre a paternidade de Deus e a filialidade dos seus discípulos contém em si a virtualidade de

²³ Cf. J.RATZINGER, *Frères dans le Christ*, Paris, Cerf 1962, 59.

²⁴ W.KASPER, *El Dios de Jesucristo*, Salamanca, Sígueme³1990, 168.

²⁵ Sab 2,18; Eclo 4,10; Sl 27,10; 68,6.

²⁶ J.A.M.RAMOS, *A paternidade de Deus no Próximo Oriente Antigo*, in *Bíblica (Série Científica)* 7 (1998) 30; cf Prov 1,7; 9,1-10; 15,33; Is 1,2-4; Miq 4,1-3; 1 Re 19,21.

poder dizer paradigmaticamente Deus como Pai. Por isso, o N.T. dela se serviu.

Podemos, por conseguinte, constatar que, apesar de tardios os testemunhos sobre a paternidade de Deus relativamente ao Seu povo Israel, sobretudo no que toca ao uso do próprio conceito *pai* ('ab), esta concepção enriqueceu a consciência da fé de Israel desde as mais antigas tradições espirituais dos hebreus. A invocação de Deus como Pai aconteceu sobretudo nos períodos do pós-exílio (Prov 3,12; Is 63,16; 64,8; Mal 1,6; 2,10), em alguns textos deuterocanónicos (Tb 13,4; Eclo 23,1.4; 51,10; Sab 14,3), e noutros de difícil datação (Jer 3,4.19; 31,9; Sl 68,6). A ideia de Deus como Pai no A.T. surge assim também implícita nas imagens *relacionais* de Aliança de Deus com o Seu povo, em que Deus surge como criador ou esposo fiel. No entanto, o A.T. apenas aplicou directamente a Deus o vocativo *pai* em 15 ocasiões²⁷.

A revelação de Deus como Pai foi feita progressivamente ao longo de toda a história do povo *eleito*. Logo que Deus Se manifestou a Abraão, este, pouco a pouco, foi descobrindo nesse Ser que o lançava à aventura, o seu Deus pessoal. O acontecimento fundante do Êxodo marcou uma etapa decisiva nesta consciencialização progressiva de um Deus gerador de vida, criador. A imagem do pai passou a ser utilizada como metáfora.

Quando o filho de David é entronizado em Sião ele é filho de Deus. Contudo, o A.T. não entende a filiação divina em sentido físico como o entendiam as culturas extra-bíblicas circunvizinhas, por exemplo a faraónica egípcia. A concepção bíblica de filiação divina deve ser radicalmente diferenciada de todas as outras representações mitológicas de outras religiões, nas quais se fala de filhos gerados pelos deuses através ou não da prostituição sagrada. Para tal terá sido decisiva a revelação do Nome de Javé a Moisés (Ex 3,13-15), pois este é um distanciamento fundamental que priva de qualquer hipótese de confusão ou de conluio entre Deus e a criatura, representa “a dissolução de todos os antropomorfismos, de todas as figuras e figurações. É o

²⁷ Dt 32,6b; 2 Sam 7,14; 1 Cron 17,13; 22,10; 28,6; Sl 68,6; 89,27; Jer 3,4.19; 31,9; Is 63,16 (2 vezes); 64,7; Mal 1,6; 2,10: cf J.BRIEND, *Dieu dans l'Écriture*, [=LD 150], Paris 1992, 72: segundo este autor, o qual não estamos inteiramente de acordo, estas invocações directas nunca se dão em contexto de oração.

Nome contra o ídolo”²⁸. O Nome de Deus Pai eleva a relação de Israel com o seu Deus, tal como o fará com Jesus, ao nível da conotação sem denotação. A analogia permite chegar à afirmação, à certeza da fé paradoxal de que dizer que Deus é Pai é igualmente negar essa identificação.

Ultrapassa-se assim toda e qualquer filiação fisiológica, toda e qualquer descendência literal. O A.T. passa então a ver a filiação divina – e consequentemente Deus como Pai – em relação com a fé na eleição histórica de forma desmitologizada. Esta filiação podemos-la designar por filiação adoptiva. A filiação divina não é, na perspectiva bíblico-cristã nunca uma descendência física, mas antes uma comunhão histórico-salvífica pela qual Deus possibilita aos homens a participação nos seus dons ao colocar desde o início uma Promessa, uma διαθηκη (um testamento) fruto de uma misericórdia imotivada. Neste sentido, a linguagem mitológica do próximo oriente antigo foi secularizada pela própria revelação bíblica e o A.T. é refractário ao uso do conceito ‘*ab*’ relativamente a Deus em nome das metáforas de incidência sexual para descrever o divino tão frequentes no mundo antigo²⁹.

O conceito de paternidade de Deus pode-se assim considerar que surge no A.T. de forma marginal. No Pentateuco já encontramos uma visão nacionalista da filiação divina a partir das ideias de eleição e de aliança³⁰ segundo as quais o povo de Israel passa a ser declarado “filho”, “filhos e filhas” no seu conjunto (Ex 4,22; Dt 32,19). O lugar privilegiado que o descendente de David auferia dentro do povo conferia-lhe o título especial de “filho” de Deus. A entronização e a adopção como filho de Deus conferia-lhe logicamente um prestígio e autoridade enormes. No entanto, o poder real do monarca e o seu poder simbólico contrastavam ainda mais, o que levava o povo a interrogar-se

²⁸ P.RICOEUR, *Le conflit des interpretations*, 475.

²⁹ É compreensível a rejeição desta metáfora se tivermos presente a grande proximidade que delas advêm entre as ideias diferentes, mas afins, de geração, criação, gestação, produção, e reprodução.

³⁰ “Vós sois filhos do Senhor, vosso Deus. Não façam cortes no corpo nem rapem a parte da frente da cabeça, quando alguém morrer, pois sois um povo consagrado ao Senhor. Ele escolheu-vos de entre todos os povos que existem na terra, para serdes o seu povo particular” (Dt 14,1-2): cf. G.KRAUS, *Filiación divina*, in W.BEINERT (dir.), *Diccionario de Teologia Dogmatica*, Barcelona, Herder 1990, 298; G.QUELL, *Der Vaterbegriff im A.T.*, 969.

sobre o valor dos descendentes de David e da monarquia enquanto tal. Isto evocaria então uma teocracia outra, a realeza davídica apontava para mais além daqueles pobres pecadores que a tentavam encarnar, ou seja, para as promessas messiânicas.

Posteriormente os profetas desenvolveram a partir da ideia de criação uma ideia ainda mais universal de filiação divina, de Deus como Pai (“tragam-me os meus filhos lá de longe e as minhas filhas dos confins da terra”: Is 43,6; “porventura não temos nós todos um único Pai?”: Mal 2,10) e uma concepção escatológica (“numerosos como as areias do mar que não se pode medir nem contar serão os filhos de Israel”: Os 2,1; “voltai filhos rebeldes....chamar-Me-ás ‘meu pai’”: Jer 3,14.19) a partir da ideia de redenção. A literatura sapiencial trouxe consigo uma forte individualização figura de Deus como Pai. Deus passou a ser acreditado como o Pai do homem justo e sábio³¹. É o conjunto destas tradições profético-sapienciais que o N.T. vai assumir e cristologizar, submetendo a crítica e superando-as.

2. A nomeação paterna de Deus no N.T.

No judaísmo inter-testamentário a concepção de Deus como Pai é eminentemente teocrático-nacionalista, mais do que num sentido cósmico ou mesmo genealógico³². No entanto, julgamos poder considerá-la com uma dupla orientação em nome de um duplo tronco comum. A concepção de Deus como Pai no período intertestamentário encontra-se próxima da concepção universalista deutero-isaiana, mas igualmente influenciada pela tradição sapiencial tardia em Israel e que influenciou todos aqueles que não se reconheceram nas ideologias beligerantes ou em anseios revolucionários. Em vésperas de regresso do exílio, tal como nestes tempos de extinção do espírito e da profecia, em que o povo se encontrava diluído no grande império romano, a paternidade de Deus foi revalorizada como antídoto incontornável face e apesar do desespero da situação. Neste contexto cultural, Deus passa então a

³¹ Sl 1,1; Sab 2,13; 2,18; 9,4; Eclo 4,10; 23,1.

³² Cf A.L.WILLIAMS, “*My Father*” in *Jewish thought of the first century*, in *JTS* 31 (1930) 42-47; G.SCHRENK, *Der Vaterbegriff im Spätjudentum*, in *TWNT V*, 974-981.

também ser invocado como o Pai libertador (*go'el*), que resgata Israel de uma situação de eminente holocausto imolante. Resulta daqui uma evidente fraternidade e igualdade entre todos os filhos do Israel de Deus, o que gera ideais e utopias, ainda que nacionalistas³³. Nesta altura, a invocação de Deus como Pai supera todas as angústias e desesperos pois exprime a força do Deus vivificador e resgatador do Seu próprio povo, contra O qual não existem razões para vacilar ou de desesperança (“...só Tu Senhor és nosso Pai, e o teu nome desde sempre é ‘redentor nosso’...: Is 63,15-19).

O termo essencial que no N.T. explicita a função e privilégio de Jesus, e que explica Deus na Sua qualidade paterna, é o vocativo aramaico *abba*. Os exemplos mais antigos do seu uso no N.T. aparecem em Mc 14,36; Rom 8,15; Gal 4,6; Lc 22,42. Ao contrário do A.T., no N.T. o termo *pai* (πατήρ) surge *em crescendo* 170 vezes nos lábios de Jesus nos evangelhos (Mc 4x; Lc 15x; Mt 42; Jo 109x), num total de 245 ocorrências em todo o N.T. No epistolário paulino destacam-se as *exordium* e as *peroratio* com a fórmula conhecida: “Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo”³⁴. Destes dados podemos já reter como a palavra *abba* dirigida a Deus aparece já no uso corrente das comunidade primitivas (“recebestes um espírito de filhos adoptivos, pelo qual clamamos *abbá*, ó Pai”: Rom 8,15; “e porque sois filhos enviou Deus aos nossos corações o Espírito do Seu Filho que clama *Abbá*, ó Pai”: Gal 4,6). Marcos, que não inclui a oração do Pai-Nosso no seu evangelho, coloca este termo na Paixão, na oração directa de Jesus ao Pai. Ora, tal não se explica se não se tratasse de um termo específico que o evangelista queria deixar aos seus leitores. Este argumento poderá também ajudar a compreender a permanência do termo nas comunidade paulinas de língua grega, onde a preservação deste termo aramaico vincava a novidade e particularidade da nova forma de rezar daqueles que foram marcados para a vida da fé. Os evangelhos sinópticos testemunham a autoconsciência que Jesus tinha da sua missão e o uso do vocativo πατήρ por parte de Jesus :”*Abba*, ó Pai, tudo Te é

³³ Estas tendências, estes grupos, continuarão presentes ao longo de todo o N.T. em grupos como os fariseus e os zelotas, ou mais proximamente a Jesus no grupo à volta de João Baptista, e que se reflectirá ainda em alguns dos discípulos de Jesus; cf J.C.VANDERKAM, *The Dead Sea Scrolls Today*, Michigan, Eerdmans 1994, 92-96.168-171.

³⁴ Ef 1,3; 2 Cor 1,3; 11,31; 1 Tes 3,11; 1 Ped 1,3.

possível” (Mc 14,36), “Eu Te louvo ó Pai, Senhor do céu e da terra” (Mt 11,25); “Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem” (Lc 23,34). Dentre estas várias expressões (“Pai do Céu”: Mt 5,48, “Pai, Senhor do céu e da terra”, “o Meu Pai que está nos céus”: Mt 16,17) o vocativo *πατηρ* foi sendo introduzido progressivamente pelos evangelistas e acabou por prevalecer. Aliás, esta foi sendo gradualmente a invocação preferida por S.Mateus e S. João. Este último, o evangelho mais tardio, é o que a utiliza em maior profusão, preterindo as expressões “vosso Pai” ou mesmo “ó Pai” face a esta. Esta tendência poderá ter sido fruto da expansão da catequese primitiva. Os evangelhos seriam então os registos que nos chegam dessa actividade de missionação, na qual as comunidades primitivas foram ampliando e precisando os conceitos de Deus como Pai e de Jesus como Filho único de Deus.

Esta insistência indisfarçável na singularidade da relação de Jesus com o Pai por parte dos hagiógrafos neotestamentários demonstra a especificidade da relação abática de Jesus com o Pai. Contudo, Jesus não permanece cioso desta intimidade, e pela via da partilha acolhe os seus irmãos, o seu próximo. Neste sentido, Ele faz-Se próximo tal como o bom samaritano, catoliciza a Sua presença e a possibilidade desta invocação. Efectivamente, a teologia paulina reflecte a pneumatologização soteriológica da condição dos filhos de Deus Pai, descrevendo a invocação abática como o grito e o gemido do amor entre o Pai e o Filho – o Espírito (“...vem em auxílio da nossa fraqueza”: Rom 8,23.26). Esta possibilidade acaba então por ser o grande Dom do Filho à humanidade decaída e vergada ao peso e ao desgaste do pecado. Jesus, na condição humana da Sua vida, diz ao mundo como é possível a redenção, como o próprio Pai consegue salvar o homem sempre indigente do abraço acolhedor e misericordioso do Pai que a parábola lucana evoca (Lc 15, 11-32).

3. A singularidade da experiência *abática* de Jesus

Um dos lugares privilegiados no N.T. em que Jesus revela a especificidade da Sua relação particular e intensa com o Pai acontece na nomeação abática

que Ele faz do Deus de Israel: *Abbá*, Pai. Numa simples análise concordancial, este título destaca-se como forma privilegiada de nomeação do Pai, ainda que não a única. Jesus assume a ideia de paternidade já conhecida e vivida em Israel, mas agora personaliza-a em Si mesmo e dá-lhe um sentido e uma força sem precedentes, como o demonstram, aliás, os evangelhos Sinópticos e sobretudo S.João³⁵. E por confronto com a mentalidade semítica contemporânea de Jesus, a utilização de uma nomeação deste género ia contra toda a tradição e os costumes do povo judeu. Na verdade, a invocação abática de Deus pressupõe uma intimidade e uma proximidade tais que se tornavam no mínimo inauditos ou inaceitáveis para os descendentes de Israel. Chamar a Deus com o vocativo *Abba* significava colocar-se numa confiança e esperança totais que só as crianças e os mais novos conseguem. Ao invés, o Deus de Israel na Sua transcendência não permitia um relacionamento deste género, tão ousado.

De facto, quando Jesus chamava pelo Seu *papá*, não há dúvida de que desta forma queria significar e dizer algo diverso daquilo que Israel diria enquanto povo no seu conjunto, ou os sábios na sua individualidade. Na fórmula aramaica *Abba* encontramos a contrapartida necessária daquela certeza e intimidade misteriosa de Jesus manifesta a partir dos inícios da Sua proclamação e da Sua actividade de anúncio do reino de Deus. Esse reino está já no meio dos seus contemporâneos (Mc 1,14-15), está ligado à Sua pessoa, irrompe no mundo por meio d'Ele e com Ele. Simultaneamente, a Sua missão consiste no anúncio desse reino aos homens, reino de misericórdia, de amor sem medida (mesmo para os pecadores) - e por isso desfaraicizado - mas também reino da mais elementar e exigente justiça. João sublinha a união entre Jesus e o Pai no seu agir ("o Meu Pai continua a realizar obras até agora e eu também continuo....o Filho por Si mesmo não pode fazer nada senão o que vir fazer ao Pai, pois aquilo que Este faz também faz igualmente o Filho": Jo 5,17.19-21). Para ele não basta dizer que Jesus imita o Pai, que opera milagres, sinais prodigiosos. Não. Jesus faz as obras grandes próprias do Pai. O Pai está presente no Filho quando Este age, exerce a sua actividade ("quem

³⁵ Cf J.HOWTON, *The Son of God in the Fourth Gospel*, in *NTS* 10 (1963) 227-237; V.M. CAPEDEVILA I MONTANER, *El Padre en el cuarto evangelio*, in *Dios es Padre*, 101-140.

Me vê vê o Pai”: Jo 14,9). Tal como no A.T. em que se fala mais de aliança do que de paternidade, também Jesus anunciou sobretudo o reino, muito mais do que a paternidade de Deus. Também em Jesus, tal como no A.T, é a história da aliança que dá sentido à paternidade, e não o inverso.

Deus opera assim uma viragem na história. Introduce-Se como Pai na nossa história gerando o Filho eterno nela para nos introduzir na Sua eternidade fundante, no amor trinitário entre Si e o Filho³⁶. A Trindade histórica surge então como espaço da própria Trindade imanente, cuja intimidade transbordante aceita que Ela mesma – Trindade – se transforme numa Quaternidade em que o homem tem lugar. O Pai aparece então nessa ascensão escatológica (Jo 20,17) não apenas como o Pai *do Filho*, mas também dos filhos numa relação abática. Deus Pai no Seu mistério originário de paternidade não aparece então como um pai enquistado e sozinho no mundo, como um eterno celibatário no vazio, mas é Pai plenamente realizado porque no gesto generoso da vida que se abre superou as carências da história e viu-se reconhecido por muitos que se acolheram na Sua paternidade, ainda que de tal não necessitasse, e Ele próprio viu-se acolhido no Filho. Assim, a paternidade trinitária de Deus vincula-se à paternidade histórico-messiânica. Deus expande a Sua paternidade nos caminhos da história por meio, pela mediação do Seu Unigénito³⁷, o mesmo é dizer O Pai não expôs directamente a Sua paternidade no Filho mas na Sua maneira singular de *agir na história* de Jesus intuimos a grandeza do Seu amor paternal. Na verdade, nas *metáforas* da jesusologia Ele advem-nos como Pai³⁸, de Jesus e nosso, de tal forma que o próprio título de “Filho de Deus” se transforma na “afirmação diferenciada”³⁹ que distingue o Pai e o Filho. Esta afirmação enquadra-se na pregação sobre o reino de Deus. Ora, o acto da vinda desse reino é a epifania da paternidade divina. Por isso, a paternidade de Deus para o homem adquire o seu sentido e efectividade no próprio agir de Jesus. Jesus não exprime desta forma um estado, uma paternidade divina concebida como natural ou atemporal, mas faz

³⁶ Cf. X.PIKAZA, *El Padre de Jesus y Padre de los hombres*, in *Dios es Padre*, 271.

³⁷ Cf *ibid*, 270.

³⁸ Cf. A.GESCHÉ, *Discussion d'ensemble*, in AA.VV. *Jésus Christ Fils de Dieu*, Bruxelles, Saint-Louis 1981, 227.

³⁹ *Ibid*, 223.

com que ela *advenha* e nos advenha em plena *liberdade*, unindo-nos abaticamente Àquele que O acolheu em Sexta-Feira Santa. Por conseguinte, o nazareno abatiza o nosso ser/estar no mundo.

Jesus começa assim a ser reconhecido pelos seus e pela comunidade primitiva como o revelador do evangelho do reino⁴⁰, da boa nova de uma comunidade e comunhão outra. O próprio Jesus tem consciência de trazer essa realidade nova consigo, pois tem com o Seu Rei uma relação inefável e única, que faz da sua realeza messiânica pessoal muito mais do que uma simples representação da realza divina ainda persistente nos preconceitos ideológicos de Israel (“concede-nos que na Tua glória nos sentemos um à tua direita e outro à Tua esquerda”: Mc 10,35-40) e dos seus discípulos (“É agora que vais restaurar a realeza de Israel?": Act 1,6). Na Sua invocação abática Jesus situa-Se no seio de uma filiação especial. Com o vocativo *Abba*, a revelação de Deus adquire contornos de novidade que qualificam o Filho, na realidade, na Sua condição de Filho num sentido absolutamente singular⁴¹, outro.

Parece inegável que esta filiação de Jesus se exprime como verificável em termos de conhecimento – com toda a riqueza que a acepção bíblica do termo comporta – que Ele próprio tem do Pai. Este conhecimento deriva do conhecimento que o próprio Pai Lhe faculta: “tudo me é transmitido por Meu Pai e ninguém conhece o Pai senão o Filho e Aquele a quem O dá a conhecer” (Lc 10,21-22; cf Mt 11,25-27). Na verdade, a cristologia joanina, a mais desenvolvida do N.T., coloca no seu centro esta filiação de Jesus, definida pela reciprocidade de conhecimento entre o Pai e o Filho (“é o nosso Deus. Vós não O conheceis mas Eu conheço-O”: Jo 8,55; “a Deus ninguém O viu. O Unigénito de Deus que está voltado para o seio do Pai Esse é que foi o Seu exegeta”: Jo 1,18; “porque tudo o que ouvi de Meu Pai é o que vo-lo dei a conhecer”: Jo 15,15)

Para além desta mútua empatia epistemológica, os sinais maravilhosos operados por Jesus manifestam a Sua glória e induzem a crer na Sua pessoa,

⁴⁰ Mt 4,23; 9,35; 11,12; 12,28; 13,31-49; Lc 1,33; 7,21-22; 12,31; 16,16; 17,20; Jo 12,13-15; 18,36.

⁴¹ Cf W.MARCHEL, *Abba, Père!*, Roma 1963, 167.

no mistério da Sua origem e missão celestial, da Sua unidade com o Pai. Mas é de facto ao rezar de uma forma abática pessoal, que Jesus afirma a intensidade da experiência da paternidade divina como uma experiência intensamente própria e única, experiência esta progressivamente descoberta pela comunidade primitiva, em liberdade e sob a forma de advento, ou seja, na esperança e na fé. E é na leitura da narrativa da experiência de Jesus que nos é dada a condição de possibilidade do próprio acto de fé n'Aquele que é diferenciadamente o *nosso Pai* (Mt 6,9-13; Lc 11,2-4), como aliás no-lo transmitiram estas recensões gregas que chegaram até nós⁴². A própria expressão titulatória da oração do Pai-Nosso (πατερ ημων) marca uma diferença d'Aquele que é Pai de Jesus e *nosso Abbá*. Não admira que a nova forma de rezar dos discípulos de Jesus não incluía este termo, pois ele é exclusivo do próprio Jesus.

A filiação de Jesus como condição de solidariedade

A glorificação em Deus está evidentemente ligada à qualidade de co-herdeiros do reino que a comunicação da filiação nos garante. Ela é fruto do amor do Pai manifestado no Filho ao ponto de identificar o Seu Filho conosco no nosso estado de pecadores e de mortais, para com isso alcançarmos esse estado de filhos no Filho ressuscitado, ou seja, para nos divinizar: “esta real identificação do Filho de Deus com o filho do homem, e do filho do homem com a real condição humana de todos os filhos dos homens, é a verdadeira razão, histórica e não ilusória, gratuita e não exigível, inesperada e não solicitada, da filiação divina aplicada aos homens em todos os textos do N.T., e conseqüentemente, em toda a tradição cristã (padres, doutrinas conciliares, teologia). O Pai envia o Seu Filho para que os homens se façam seus filhos. Somos filhos porque Ele o quis em Jesus Cristo. Somos filhos no Espírito (Rom 8,9.14-16)”⁴³.

⁴² É, no mínimo, curioso o facto de ainda hoje a oração do Pai-Nosso em Israel, em hebraico, começar com a expressão equivalente *abînu shewasshammaîm*.

⁴³ G.GENNARI, *Hijos de Dios*, in *DSpir*, 596.

A carta aos Filipenses inscreve todo o processo da cruz e da glorificação de Jesus nesta troca “troca de imagens”⁴⁴. Jesus assume a imagem da nossa escravatura para que possamos ser conformados à Sua imagem divina de Filho (Flp 2,5-11). Assim, a primogenitura de Cristo entre os seus irmãos reflecte-se em nós devido à assunção solidária da nossa condição humana. Por conseguinte, passamos agora a fazer parte do reino dos filhos do Seu amor, eleitos no e pelo amor do Pai (“fiel é Deus por quem fostes chamados à comunhão com Seu Filho Jesus Cristo”: 1 Cor 1,9). A solidariedade surge neste economia da salvação, então, como *sequela*: o Filho abre-nos o caminho para que O sigamos, solidariza-nos no seu êxodo pessoal e pascal em busca e ao encontro do próprio Pai.

Jesus, porque não é um homem qualquer mas o Filho de Deus feito homem, está aberto a todo o homem, a tudo o que é humano. A Patrística compreendeu este mistério como uma solidariedade redentora conosco e *propter nostram salutem* a fim de sermos n’Ele regenerados e incluídos. Por seu turno o N.T. mostra-nos como o Pai leva em Si desde toda a eternidade a Sua Imagem fiel (Jo1,1-2). Essa imagem é a Palavra, o Seu Verbo eterno, segundo o qual todos fomos criados no tempo. Portanto, o homem só realizará todas as virtualidades consentindo que a história se configure, se conforme de forma definitiva a essa Imagem, deixando que em si essa imagem seja ou desenhada ou restaurada. Nesta medida afirma L.Bouyer na sua cristologia “em Deus existe algo de humano e no homem algo de divino”⁴⁵. No Verbo eterno Deus quis desde sempre ser Pai, mostra-nos a Sua paternidade amando solidariamente em Cristo, para que agora sejamos nós a encarnar solidariamente esta intenção, esse amor em favor dos irmãos. Julgamos, porquanto, poder afirmar que a solidariedade adquire duas direcções essenciais: uma vertical (a partir do Filho de Deus para nós), e outra horizontal (de nós para e em favor dos irmãos). Jesus torna-Se então o Mediador, a ponte entre Deus e os homens. A própria figura estaurológica evoca no seu cruzamento estas duas direcções, este elo de ligação e de comunhão. E da

⁴⁴ L.BOUYER, *Le Fils Éterne Théologie de la Parole de Dieu et Christologie*, Paris, Cerf 1974, 272.

⁴⁵ *Ibid*, 484.

mesma forma que o Filho assumiu a nossa condição pecadora e de mortalidade, Ele poderá hoje novamente assumi-la através da nossa pré-existência martirial em favor do outros no meio do mundo numa diaconia fraterna: “na medida em que a Igreja assuma o sofrimento do mundo sem assumir o seu pecado, nessa medida tornará Deus presente no mundo. E a Igreja são os crentes, aqueles em quem mora o Espírito de Deus que moveu Cristo (“o sangue de Cristo pelo Espírito ofereceu-Se a Si mesmo a Deus sem mácula, purificando a nossa consciência das obras mortas, para que prestemos culto ao Deus vivo”: Heb 9,14), aqueles que se sabem recapitulados em Cristo e feitos povo de sacerdotes no seu sacerdócio”⁴⁶. Este será o grande testemunho e o fascinante desafio que é lançado à Igreja, a todos os batizados, a saber, continuar a participar na encarnação redentora de Jesus Cristo tornando-se para o mundo como que sacramentos, símbolos do amor de Deus à humanidade (L.G. 1)⁴⁷. Efectivamente, a solidariedade de Deus com os homens revelada no Filho é o fundamento de uma nova aliança, de uma nova solidariedade entre os homens. “Por isso, a ideia cristã de substituição indica aos cristãos e à Igreja que o mundo é o lugar do seu serviço e os obriga a colaborar numa ordem de paz e de liberdade”⁴⁸ tendo como horizonte de fundo o pensamento da solidariedade que permite a Jesus a invocação de Deus como Pai, Sua e a nossa por analogia e participação. Este novo fundamento permite uma nova possibilidade de ser do homem dado que foi inaugurado por Cristo. A partir de agora o ser humano pode realizar-se na receptividade e na obediência filial, o que constitui uma possibilidade de redenção.

O Filho enquanto gerado na Sua condição de eternidade e na Sua condição de Filho encarnado, por relação ao Espírito Santo, origem originada,

⁴⁶ GONZALEZ-FAUS, *La Humanidad Nueva. Ensaio de Cristologia II*, Santander, Sal Terrae 1974, 489.

⁴⁷ Este acaba igualmente por ser o fundamento, como refere o Magistério Social da Igreja, para a opção preferencial pelos pobres: PAPA LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, nº2; PAPA PAULO VI, *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, nº 6.12.48.76; ID., *Carta Apostólica Octogesima Adveniens*, nº 23; ID., *Carta Encíclica Populorum Progressio*, nº4-5.8-9.12.23.33.40-41.47.49.55.76.83; G.S. 1.27.63.66.88.90; PAPA JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis*, nº 42.46-47; ID., *Centesimus Annus*, nº 33; T.M.A., 51-42

⁴⁸ W.KASPER, *Jesus El Cristo*, Salamanca, Sígueme ⁷1989, 278.

transcende e fundamenta n'Ele mesmo por puro Dom do Pai a "filialidade masculina e a filialidade feminina. Ele é filialidade-em-si"⁴⁹ que fundamenta a filialidade da Igreja, dos crentes. Por isso, n'Ele, na Sua ligação ao Pai, não se encontra nada que denuncie recalcamientos edipianos, ciúmes ou rivalidades. Não projecta no Pai um modelo de paternidade inspirado na megalomania do desejo. Ainda que Se declare Filho único do Pai, Jesus reconhece o próprio finito terreno. Efectivamente, a transcendência da fé conjuga-se com a sua encarnação. Estamos aqui no domínio das condições do próprio acto de fé, que respeita a autonomia das realidades terrestres, mas proclama um juízo profético sobre a história, libertando o homem para o reconhecimento, para a anuência do Pai que fundamenta essa mesma liberdade filial. O N.T. contesta assim a difundida tese iluminista da condição universal de filiação divina dos homens. O N.T. testemunha um só Filho por natureza – Jesus Cristo, Nosso Senhor. A graça e a verdade estão reservadas para os que a Ele aderem por graça e liberdade na fé e no amor, se bem que mesmo este Dom não lhes garanta uma salvação incondicional.

Mas Jesus, para além de Filho, de filialidade em Si, é igualmente Pai na medida em que *gera para a vida da fé*, para uma existência humanizada, os seus discípulos. Com efeito, a paternidade de Deus só se compreende quando cristologicamente mediada. Deus é Pai porque o Filho n'Ele nos adopta. Tal só é possível porque o próprio nazareno fez a experiência da paternidade de Deus, a qual se tornou a condição de possibilidade para a missão paternal redentora e evangelizadora do Senhor Jesus. Esta experiência é o pressuposto para que Jesus fale e apresente Deus como Pai. Ora, na nossa cultura, onde já muitas vezes nem sequer existe esta condição mínima experiencial, torna-se difícil, senão impossível, dizer Deus como Pai. Não significa que Deus esteja morto. Apenas desapareceu o pressuposto para O anunciar. Efectivamente, a crise da paternidade que hoje nos é dado viver faz parte da crise de humanidade que nos ameaça⁵⁰. E quando se permanece indiferente perante a paternidade lesa-se a constituição básica do ser humano, pois a integridade

⁴⁹ P.TOINET, *Au commencement la famille*, 48.

⁵⁰ Cf. J.RAZTINGER, *El Dios de Jesucristo. Meditaciones sobre Dios uno y Trino*, Salamanca, Sígueme 1980, 29.

deste pede-o, exige uma experiência de gratuidade, própria ela da paternidade enquanto tal, não apenas a biológica. Os homens e as mulheres da história não surgem por geração espontânea, mas nascem de um amor que lhes é previamente oferecido, do qual são objecto. São verdadeiramente precedidos. Com efeito, toda a sociedade, e em especial a sociedade contemporânea, uma vez desorbitada da atracção anteriormente exercida sobre ela pelo Deus de Abraão, de Moisés e de Jesus Cristo, regressa inevitavelmente às antigas experiências, buscam-se outros senhores. Estas acabam por ser apenas mais uma forma de neo-paganismo, de recusa da realidade, de desvirtuamento da paternidade⁵¹. Ora, o Pai de Jesus surgirá então como Aquele que Se responsabiliza pelo outro, que Se preocupa e cuida do Filho e dos filhos sem querer dominá-los ou subjugá-los. A sua paternidade é Dom e novidade. A paternidade divina será a única e excelsa forma de alcançar o verdadeiro sentido da filiação⁵², interpretada como Dom, como herança, e consequentemente como tarefa invocativa, mas sem retirar responsabilidades ou calcando destrutivamente o humano. Antes, é uma participação dignificante, enobrecedora⁵³ dos irmãos de Jesus, que tal como Ele ousam dizer “Pai Nosso” e nascem para a vida e para a liberdade.

José Carlos Carvalho

Theologica 34/1 (1999) 49-66. (conferência na Semana de Teologia de Braga)

⁵¹ Neste contexto cultural, na verdade a velhice, a terceira idade torna-se apenas “mais usada e mais gravemente nevrótica”: *ibid.*

⁵² *Ibid.* 30.

⁵³ Cf. G.GENNARI, Hijos de Dios, in S.FIORES – T.GOFFI (dir.), *Nuevo Diccionario de Espiritualidade*, Madrid, Paulinas 1983, 598.